

A TRAJETÓRIA DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E CONQUISTAS

Janice de Oliveira Ferreira ¹
Hilda de Freitas Rosário ²

RESUMO

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) é um tema central nas discussões sobre educação inclusiva no Brasil, especialmente quando consideramos a legislação e as políticas educacionais vigentes (Viana, 2020). O objetivo deste estudo foi analisar os desafios enfrentados pelos surdos na universidade e as suas conquistas até o momento com a Lei 10.436/02 e o decreto 5.626/05. A metodologia utilizada foi uma revisão sistemática de literatura (RSL) através de seleção e avaliação criteriosas dos documentos (Rother, 2007). Magalhães, (2019) Menciona acerca das dificuldades que o surdo enfrenta ao ingressar no ensino superior mesmo enfrentando barreiras comunicacionais, pedagógicas, atitudinais e institucionais. Apesar dos avanços nas últimas décadas em relação aos direitos educacionais das pessoas com deficiência, ainda existem lacunas significativas entre as diretrizes legais e a efetivação do acesso e permanência desses alunos no ensino superior (Silva, 2012). A hipótese que orienta a presente investigação é a de que, embora tenham ocorrido alguns progressos na inclusão de surdos no ensino superior, persistem muitos desafios que precisam ser superados para se alcançar uma inclusão efetiva. Essa inclusão deve reconhecer os surdos não apenas sob a ótica das concepções dos ouvintes, mas como indivíduos que constroem formas próprias de compreensão, ação no mundo e interação com os outros. (Schneider, 2017). A inclusão de estudantes surdos no Ensino Superior exige um esforço conjunto de toda a comunidade acadêmica para superar tais barreiras. Somente através de um compromisso sério com a acessibilidade e a equidade, será possível garantir que esses estudantes tenham a oportunidade de alcançar sucesso acadêmico e profissional.

Palavras-chave: Ensino Superior, Surdos, Inclusão, Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A educação de surdos no ensino superior é um desafio significativo para os sistemas educacionais em todo o mundo. Esse desafio está enraizado em um contexto histórico e social que moldou as práticas educacionais e as percepções sobre as pessoas surdas ao longo do tempo. A compreensão dessa temática requer uma análise profunda dos aspectos fundamentais que compõem a realidade educacional dos surdos, a qual é

¹ Graduanda do Curso de Letras Libras da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Bacharel em Nutrição pela Universidade da Amazônia – UNAMA, janiceoliferl@gmail.com;

² Orientadora, Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará- UFPA, Profa adjunto IV, lotada no Instituto Ciberespacial (UFRA-BELÉM), hilda.rosario@ufra.edu.br

fruto de um processo histórico de construção coletiva, influenciada por diversas visões e abordagens ao longo dos séculos (Viana, 2020).

Historicamente, a educação de surdos passou por diferentes fases que refletem as mudanças nas concepções sobre surdez e educação de surdos. Inicialmente, prevaleceram perspectivas oralistas, que priorizavam o ensino da fala e da leitura labial, frequentemente negligenciando a importância da língua de sinais e da identidade surda (Guedes, 2012). Esse enfoque resultou em barreiras significativas para o acesso e o sucesso dos surdos no ambiente educacional, especialmente no ensino superior (Santos; Fernandes, 2021).

Assim, o contexto universitário apresenta desafios significativos para todos os estudantes, mas para os alunos surdos, esses desafios são ainda mais complexos. A universidade opera com base em normas e práticas do mundo ouvinte, onde a comunicação oral-auditiva é predominante. Isso cria um ambiente em que os alunos surdos enfrentam barreiras adicionais não apenas na aprendizagem, mas também na socialização e integração dentro da comunidade acadêmica (Gomes, 2018).

O ingresso de alunos surdos no ensino superior é um feito significativo, marcado pela superação de inúmeras barreiras ao longo de sua trajetória escolar. Esse percurso é caracterizado pela construção de recursos pessoais e acadêmicos que possibilitam a esses estudantes avançarem num contexto predominantemente ouvinte (Santos, Fernandes, 2021). Bisol (2010) destaca a importância de considerar a trajetória escolar prévia dos alunos com deficiência auditiva (DA) que chegam ao ensino superior, enfatizando a necessidade de compreender as especificidades da realidade institucional na qual esses alunos buscam se inserir (Ziliotto, 2018).

A universidade, sendo um ambiente estruturado segundo normas e práticas do mundo ouvinte, representa um desafio particular para os alunos com DA. As dificuldades de adaptação são ampliadas pela ausência de um ambiente que valorize e integre adequadamente as necessidades de comunicação visual desses alunos. Moura (2016) sugere que as escolas de ensino médio têm um papel crucial na preparação desses alunos para o ensino superior, pois muitas das dificuldades enfrentadas na universidade podem estar associadas à falta de orientações claras sobre o que esperar desse novo contexto e as demandas específicas do ambiente universitário.

Essa ausência de preparação pode resultar em uma transição mais difícil, onde os alunos surdos chegam ao ensino superior sem o conhecimento necessário para lidar com as expectativas acadêmicas e sociais desse novo espaço. Para mitigar esses desafios, é essencial que as instituições de ensino superior ofereçam suporte adequado, que incluam

orientações sobre o funcionamento da universidade, seus regulamentos, ações e recursos disponíveis para facilitar o acesso e a permanência dos alunos surdos no ensino superior.

A centralidade da comunicação oral e auditiva nas universidades frequentemente ignora as necessidades dos estudantes surdos, cuja comunicação é principalmente visual, através da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além disso, a identidade surda e as suas especificidades não são devidamente consideradas, o que leva esses alunos a terem que se adaptar a um ambiente que não foi projetado para eles. Esse ajuste implica não só aprender a transitar entre a Libras e a língua portuguesa, mas também lidar com a falta de acessibilidade e reconhecimento de suas necessidades comunicativas e culturais. O desafio de adaptação é agravado pela falta de recursos adequados, como intérpretes de Libras, materiais de ensino acessíveis, e professores capacitados para lidar com as particularidades dos alunos surdos. Isso contribui para um risco maior de fracasso acadêmico e abandono dos estudos.

A inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) é um tema central nas discussões sobre educação inclusiva no Brasil, especialmente quando consideramos a legislação e as políticas educacionais vigentes (Viana, 2020).

A Lei 10.436/02 e Decreto 5.626/05

A Lei nº 10.436, sancionada em 24 de abril de 2002, é um marco no reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua materna da comunidade surda no Brasil. Esta lei assegura o direito dos surdos de utilizarem Libras como meio de comunicação oficial, uma língua que possui sua própria gramática, estrutura e normas, sendo totalmente distinta do português. Libras é uma língua visoespacial, onde a comunicação se dá por meio de movimentos corporais, gestos e expressões faciais, percebidos visualmente, o que facilita a interação tanto entre surdos quanto entre surdos e ouvintes (Brasil, 2002, Ferreira, 2023).

Ela marca um avanço significativo no reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão legítimo no Brasil. Essa lei confere à Libras o status de língua oficial da comunidade surda e assegura sua presença em todos os espaços públicos. Além disso, estabelece a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores de educação especial, fonoaudiologia e magistério, tanto em nível médio quanto superior, visando garantir que profissionais dessas áreas estejam capacitados para atender às necessidades linguísticas dos surdos (Lacerda, 2013).

Com o Decreto nº 5.626/05, assinado em 2005, a legislação brasileira avança ainda mais no que diz respeito à educação de surdos e à acessibilidade linguística. Este decreto detalha os modos de atendimento aos surdos em diferentes níveis de ensino, reforçando a inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, incluindo pedagogia e demais licenciaturas. O objetivo é ampliar a difusão da Libras e sensibilizar futuros profissionais quanto à condição linguística diferenciada dos alunos surdos, assegurando-lhes um ambiente educacional mais inclusivo e acessível (Brasil, 2005).

O decreto também dispõe sobre a formação de professores bilíngues – profissionais capazes de ensinar tanto em Libras quanto em português – e a capacitação de instrutores surdos de Libras. Além disso, regulamenta a formação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa, garantindo que os surdos tenham acesso a informações e à educação bilíngue de forma adequada. Isso reflete um compromisso com o direito dos surdos de receberem educação e serviços de forma acessível, respeitando sua língua e cultura.

Assim, tanto a Lei nº 10.436/02 quanto o Decreto nº 5.626/05 representam marcos na promoção da acessibilidade e na luta pela inclusão da comunidade surda no Brasil, garantindo o direito à comunicação, à informação e à educação de qualidade. Essas normativas não só reconhecem a Libras como um importante instrumento de inclusão social, mas também asseguram a formação de profissionais preparados para lidar com a diversidade linguística no âmbito educacional e social (Lacerda, 2013).

O objetivo geral deste estudo foi analisar os desafios enfrentados pelos surdos na universidade e as suas conquistas até o momento com a Lei 10.436/02 e o decreto 5.626/05 a partir de publicações nacionais sobre o acesso de alunos surdos ou com deficiência auditiva ao ensino superior.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura (RSL), que segundo Rother (2007), diferente da revisão narrativa, é um método sistemático de busca bibliográfica que se propõe responder uma questão específica, através de seleção e avaliação criteriosas, com estratégias de busca explícitas que permitem o acesso ao material bibliográfico com maior rigor evitando o viés nessa seleção. A partir daí inicia-se a

elaboração de um protocolo de revisão sistemática da literatura que atenda o objetivo proposto.

A busca dos artigos foi realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e no SciELO, que agregam várias bases de dados científicas nacionais e internacionais.

O acesso, na base de dados da Capes, foi feito através de um *login* institucional³, o qual favoreceu não apenas a busca, mas também o *download* dos títulos que não estariam disponíveis integralmente sem esse *login*. A busca na base de dados da SciELO foi feita através da combinação de descritores selecionados.

Os descritores definidos para essa busca foram: *inclusão, surdez, surdo, deficiente auditivo, graduação, ensino-aprendizagem, ensino superior, escolarização, universidade*, de forma combinada (uma em cada célula), na sessão de busca avançada do portal. Os critérios iniciais foram: presença dos termos de busca no título de forma exata. Alguns critérios adicionais foram estabelecidos para refinar a seleção do material bibliográfico, são eles: artigos completos, publicados de janeiro de 2010 e abril de 2024, em periódicos revisados por pares e em português.

Quadro esquematizado com os dados da revisão sistemática da literatura (RSL) descritos:

| Etapa | Descrição |
|---|---|
| Diferença para Revisão Narrativa | A RSL, ao contrário da revisão narrativa, é um método sistemático que visa responder uma questão específica, utilizando critérios rigorosos de seleção e avaliação, além de estratégias explícitas de busca bibliográfica, minimizando o viés (Rother, 2007). |
| Problema de investigação | Como se caracterizam os estudos publicados entre janeiro de 2010 e abril de 2024 em periódicos revisados por pares no Portal de Periódicos da CAPES e SciELO? |
| Fontes de Dados | - Portal de Periódicos CAPES (acesso via login institucional, permitindo download de artigos completos não disponíveis abertamente). - SciELO. |

³ O login institucional é disponível aos alunos da Universidade Federal Rural da Amazônia, por meio de login e senha de acesso ao SIGAA da Universidade.

| | |
|--------------------------------|--|
| Descritores Utilizados | Inclusão, surdez, surdo, deficiente auditivo, graduação, ensino-aprendizagem, ensino superior, escolarização, universidade. |
| Método de Busca | <ul style="list-style-type: none"> - Busca avançada com combinação de descritores (um por célula). - Portal CAPES: Busca e download de artigos em periódicos revisados por pares com login institucional. - SciELO: Utilização da combinação de descritores selecionados. |
| Crítérios de Seleção | <ul style="list-style-type: none"> - Presença dos termos de busca no título de forma exata. - Artigos completos. - Publicados entre janeiro de 2010 e abril de 2024. - Periódicos revisados por pares. - Idioma: Português. |
| Finalidade do Protocolo | Elaborar um protocolo de RSL que atenda ao objetivo proposto, garantindo uma busca criteriosa e livre de vieses. |

Fonte: Autora (2024).

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de estudantes surdos no ensino superior tem sido tema de vários estudos e reflexões nos últimos anos, com o objetivo de compreender os desafios e avanços nesse processo educacional. Bisol (2010) ao discutir, as dificuldades e os avanços na inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro, destaca a importância de uma reflexão contínua sobre as políticas e práticas inclusivas no contexto universitário. Logo, é necessário que as instituições de ensino superior (IES) proponham ações de modo a garantir uma permanência de qualidade de modo a favorecer a participação dos alunos surdos no ambiente acadêmico.

Além disso, o contexto acadêmico também demanda a formação de uma equipe pedagógica sensível à diversidade linguística, que entenda a importância da Libras como primeira língua dos alunos surdos. **Gomes et al. (2018)** destacam que, para que o processo de inclusão seja efetivo, é fundamental que haja um ambiente de aprendizado bilíngue, em que a Libras e o português escrito coexistam como línguas de instrução e apoio. Esse

modelo bilíngue valoriza a identidade surda e proporciona uma participação mais ativa dos alunos, promovendo tanto a autonomia quanto a integração acadêmica.

Lopes et al. (2023), em sua revisão integrativa sobre a formação docente, destacam que a preparação dos educadores para atuar com alunos surdos e outros estudantes da educação especial é fundamental para uma inclusão efetiva. A pesquisa aponta que, embora existam políticas inclusivas e legislações específicas como a **Lei nº 10.436/02** e o **Decreto nº 5.626/05**, que reconhecem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e regulamentam seu uso em espaços educacionais, a capacitação docente ainda é um desafio no Brasil. Eles ainda destacam a falta de formação adequada dos docentes compromete a qualidade do ensino e a integração dos alunos surdos, que frequentemente encontram dificuldades em acessar o conteúdo acadêmico de maneira equitativa.

Carvalho e Nóbrega (2015) ressaltam o papel histórico das políticas educacionais voltadas para a comunidade surda, analisando como o processo educacional inclusivo se desenvolveu ao longo dos anos. Eles enfatizam que, apesar das conquistas legais, ainda há um longo caminho para a implementação efetiva dessas políticas.

A Lei Nº 10.436, que oficializa a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil, é um marco importante nessa trajetória. Ferreira e colaboradores (2023) destacam a relevância dos aspectos legais para a legitimação da comunicação e inclusão de pessoas surdas, argumentando que a legislação tem desempenhado um papel crucial na promoção da acessibilidade e inclusão desses indivíduos no sistema educacional.

Estudos específicos sobre a inclusão de surdos no ensino superior também evidenciam as dificuldades enfrentadas por esses alunos. Gomes, Da Silva e Souza (2018) analisaram a experiência de estudantes surdos na Universidade Federal de Sergipe, identificando os principais obstáculos à sua inclusão efetiva, tais como a falta de intérpretes qualificados e materiais acessíveis. Essas barreiras têm um impacto direto no desempenho acadêmico e na permanência dos estudantes no ambiente universitário.

Além disso, a educação bilíngue tem sido defendida como uma estratégia eficaz para promover a inclusão de estudantes surdos. Lacerda, Albres e Drago (2013) exploram a política de educação bilíngue e inclusiva adotada no município de São Paulo, argumentando que o ensino bilíngue (LIBRAS e Português) pode proporcionar uma

educação mais equitativa e acessível para os alunos surdos, melhorando seu desempenho acadêmico e sua integração no contexto escolar.

Moura (2016) relata a experiência dos alunos surdos no ensino médio como preparação para o ingresso no ensino superior, destacando as barreiras que muitos enfrentam no processo de transição entre esses níveis de ensino. O autor argumenta que a falta de políticas educacionais adequadas e a insuficiência de recursos de apoio limitam as oportunidades de estudantes surdos alcançarem o ensino superior.

Finalmente, Ziliotto, Souza e Andrade (2018) discutem um problema recorrente na inclusão de surdos no ensino superior: a evasão. Segundo os autores, a ausência de estratégias eficazes de inclusão resulta em uma alta taxa de desistência entre os alunos surdos ou com deficiência auditiva, o que indica a necessidade de reavaliar as práticas educacionais implementadas nas universidades para atender a essa população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura X. Títulos do *corpus* da pesquisa.

| TÍTULO | AUTOR(ES) | PERIÓDICO E ANO |
|--|--|--|
| 01 - Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão | Bisol, C. A. et al. | Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p.147-172, 2010 |
| 02 - A história de educação dos surdos: O processo educacional inclusivo | Carvalho, V.O.; Nóbrega, CSR | Letras – Língua Portuguesa e Libras, Universidade Federal da Paraíba, 2015 |
| 03 - LEI N° 10.436 E LIBRAS: a importância dos aspectos legais para a legitimação da comunicação e inclusão das pessoas surdas | Ferreira, Gabriel et al. | II Mostra de Trabalhos Científicos em Saúde, UNIFAGOC, 2023 |
| 04 - Educação de surdos: percursos históricos | Guedes, B. S. | In: Lopes, M. C. Cultura Surda & Libras, Editora Unisinos, 2012 |
| 05 - Educação inclusiva de estudantes surdos na Universidade Federal de Sergipe | Gomes, Christianne Rocha; Da Silva, Joilson Pereira; Souza, Rita de Cácia Santos | Revista Docência do Ensino Superior, v. 8, n. 1, p. 61-76, 2018 |
| 06 - Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo | Lacerda, Cristina Broglia Feitosa de; Albres, Neiva de Aquino; Drago, | Educação e Pesquisa, v. 39, p. 65-80, 2013 |

| | | |
|--|--|--|
| | Silvana Lucena dos Santos | |
| 07 - Acesso ao ensino superior: a experiência do aluno surdo no ensino médio | Moura, Adelson Fidelis de | Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, 2016 |
| 08 - Negros/as surdos/as: um estudo sobre o acesso a cursos de graduação em Letras Libras | Santos, Rhaul de Lemos; Fernandes, Sueli de Fátima | Revista de Educação PUC-Campinas, v. 26, 2021 |
| 09 - Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior | Ziliotto, Denise Macedo; Souza, Denise Jordão; Andrade, Fadia Ionara | Revista Educação Especial, v. 31, n. 62, p. 727-740, 2018 |
| 10 - Formação docente sobre inclusão escolar de alunos público da Educação Especial no Brasil: uma revisão integrativa | Lopes, Raphaella Duarte Cavalcante et al. | Revista Educação Especial (Online), v. 36, 2023 |

Fonte: Autora, (2024).

A trajetória do aluno surdo no ensino superior é marcada por inúmeros desafios e conquistas, refletindo a complexidade do processo de inclusão educacional para essa população. A inclusão de estudantes surdos nas universidades tem sido debatida e analisada por diversos pesquisadores, destacando tanto os avanços quanto as dificuldades enfrentadas ao longo desse percurso.

Conforme Bisol (2010), a presença de alunos surdos no ensino superior levanta questões importantes sobre a efetividade das políticas de inclusão e o papel das universidades em adaptar-se a essa nova realidade. Embora haja avanços legais, como a promulgação da Lei nº 10.436/02 e do Decreto nº 5.626/05, que reconhecem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e garantem a acessibilidade linguística, ainda existem lacunas na implementação dessas políticas. A falta de tradutores e intérpretes de Libras, a ausência de materiais adaptados e a resistência institucional à mudança são barreiras que afetam diretamente a experiência acadêmica dos alunos surdos.

Carvalho e Nóbrega (2015) destacam que a história da educação dos surdos no Brasil é marcada por um processo excludente, com o uso predominante da oralidade nas escolas e a negligência em relação à Libras. No contexto do ensino superior, essa exclusão ainda persiste de maneira sutil, com muitos alunos enfrentando dificuldades para acessar o conteúdo de disciplinas e interagir plenamente em sala de aula. Além disso, os autores ressaltam a importância da formação de professores bilíngues e da criação de um ambiente inclusivo que respeite as diferenças linguísticas e culturais dos alunos surdos.

Ferreira (2023) enfatiza a relevância dos aspectos legais na legitimação da comunicação e inclusão dos surdos no ensino superior. A Lei nº 10.436/02, ao reconhecer a Libras como língua oficial da comunidade surda, abriu portas para a promoção de uma educação mais inclusiva. No entanto, os autores observam que, na prática, a aplicação dessas leis ainda é limitada, e o apoio oferecido aos estudantes surdos nas universidades muitas vezes não é suficiente para garantir sua plena participação acadêmica.

Gomes, da Silva e Souza (2018) analisam a experiência de inclusão de estudantes surdos na Universidade Federal de Sergipe e ressaltam a importância de políticas institucionais que assegurem a acessibilidade. Eles evidenciam a necessidade de uma equipe especializada, incluindo tradutores e intérpretes, e de uma formação continuada para os docentes que trabalham com esses alunos. Além disso, os autores apontam que, apesar dos esforços, muitos alunos surdos ainda enfrentam dificuldades, o que contribui para a evasão no ensino superior, conforme discutido por Ziliotto, Souza e Andrade (2018). Esses autores observam que a evasão de alunos surdos está frequentemente ligada à ausência de suporte adequado e à dificuldade de adaptação ao ambiente acadêmico, onde a comunicação é predominantemente oral.

Moura (2016) explora a trajetória do aluno surdo no ensino médio como uma preparação para o ensino superior, mostrando que os desafios enfrentados nessa fase influenciam diretamente o sucesso acadêmico futuro. A transição para o ensino superior é marcada por uma série de obstáculos, como a falta de preparo das instituições para acolher esses estudantes de maneira adequada.

Por fim, Lacerda, Albres e Drago (2013) discutem a política de educação bilíngue como uma solução potencial para muitos dos desafios enfrentados pelos alunos surdos no ensino superior. Eles defendem que uma educação bilíngue, que valorize tanto a Libras quanto o português escrito, pode proporcionar uma melhor experiência acadêmica e social para os surdos, permitindo que eles participem de maneira plena e autônoma no ambiente universitário.

Em suma, a trajetória do aluno surdo no ensino superior envolve tanto conquistas quanto desafios. As leis que promovem a acessibilidade linguística, como a inclusão de Libras, representam importantes avanços. Contudo, a implementação efetiva dessas políticas ainda é deficiente em muitas instituições, resultando em barreiras significativas para esses estudantes. É essencial que as universidades se comprometam com a criação de ambientes verdadeiramente inclusivos, oferecendo os recursos e apoios necessários para que os alunos surdos possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços, ainda há muitos desafios a serem superados. A inclusão de estudantes surdos nas universidades, ainda enfrenta obstáculos práticos e estruturais, que vão desde a falta de tradutores e intérpretes de Libras até a carência de materiais adaptados e a resistência institucional à plena inclusão. No entanto, o reconhecimento legal da Libras, através da Lei nº 10.436/02 é uma conquista crucial que legitima a comunicação e garante a acessibilidade desses estudantes no âmbito acadêmico.

A presente pesquisa aponta que o histórico de exclusão da comunidade surda, com práticas predominantemente orais, ainda reflete no ensino superior, exigindo que a formação de professores e o desenvolvimento de políticas educacionais sejam mais consistentes e adequados às necessidades linguísticas e culturais dos alunos surdos.

Em suma, a trajetória dos alunos surdos no ensino superior é um campo em evolução, com avanços importantes, como o reconhecimento da Libras, mas ainda repleto de desafios que requerem atenção contínua. A consolidação de uma educação inclusiva depende de um compromisso institucional mais profundo, da capacitação de professores e do fornecimento de recursos adequados para garantir que os surdos possam não apenas acessar, mas também prosperar no ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Acesso em: 14 out 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Acesso em: 13 out 2024.

BISOL, C. A. et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p.147-172, jan./abr. 2010. Disponível em: . Acesso em: 12 Set. 2024.

CARVALHO, V.O. & Nóbrega, CSR (2015). A história de educação dos surdos: O processo educacional inclusivo. 13h. Letras – Língua Portuguesa e Libras – Universidade Federal da Paraíba.

FERREIRA, Gabriel et al. LEI N° 10.436 E LIBRAS: a importância dos aspectos legais para a legitimação da comunicação e inclusão das pessoas surdas. In: **II MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS EM SAÚDE UNIFAGOC**. 2023.

GUEDES, B. S. Educação de surdos: percursos históricos. In: LOPES, M. C. **Cultura surda & Libras**. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2012. cap. 1, p.11-27.

GOMES, Christianne Rocha; DA SILVA, Joilson Pereira; SOUZA, Rita de Cácia Santos. Educação inclusiva de estudantes surdos na Universidade Federal de Sergipe. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 8, n. 1, p. 61-76, 2018

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e pesquisa**, v. 39, p. 65-80, 2013.

LOPES, Raphaella Duarte Cavalcante et al. Formação docente sobre inclusão escolar de alunos público da Educação Especial no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Educação Especial (Online)**, v. 36, 2023.

MOURA, Adelson Fidelis de. Acesso ao ensino superior: a experiência do aluno surdo no ensino médio. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Bauru, 2016. Disponível em: http://projetoedes.org/wp/wp-content/uploads/moura_af_me_bauru.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X Revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, p. v-vi, 2007.

SANTOS, Rhaul de Lemos; FERNANDES, Sueli de Fátima. Negros/as surdos/as: um estudo sobre o acesso a cursos de graduação em Letras Libras. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 26, 2021.

ZILLOTTO, Denise Macedo; SOUZA, Denise Jordão; ANDRADE, Fadia Ionara. Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 727-740, 2018.